

Projeto “Iguais porque Diferentes”



Escolas Plurais

ESCO|92 6|11|92

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Fernando César Bezerra de Andrade
Cristiane Souza de Menezes
Organizadores

Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Por uma prática pedagógica inclusiva



Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Fernando César Bezerra de Andrade
Cristiane Souza de Menezes

João Pessoa 2009

PROJETO IGUAIS PORQUE DIFERENTES

Coordenação:

Maria Eulina Pessoa de Carvalho - DHP, Centro de Educação, UFPB
Fernando César Bezerra de Andrade - DFE, Centro de Educação, UFPB

Equipe:

Lígia Luís de Freitas - Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, Prefeitura Municipal de João Pessoa
José Luiz Ferreira - Universidade Federal de Campina Grande
Patrícia Guedes Corrêa Gondim - Mestranda PPGE/UFPB.
Cristiane Souza de Menezes - Mestra PPGE/UFPB, Profa. da Prefeitura de Olinda e da rede estadual de Pernambuco.

Vinculação institucional:

Grupo de pesquisa Currículo Transversal nas Interseções Escola-Família-Comunidade e na Prática Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero - NIPAM
Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba

Financiamento:

Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD

Parcerias:

Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Campina Grande
Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Santa Rita
Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Lucena
Secretaria de Educação e Esportes, Prefeitura Municipal de Sousa



FICHA CATALOGRÁFICA

Capa e ilustrações: Gilton Lira



Sumário

Apresentação 7

Você sabia? 9

Como diferenças se transformam em desigualdades? 11

Natureza X Cultura 13

O que é gênero? 17

Sexo e sexualidade não são a mesma coisa! 19

O que é homofobia? 21

O que a escola tem a ver com isso? 23

Vamos começar agora? Refletindo... 31

Desafios para a escola 33

Agindo... 35

Para saber mais 43

Referências 45





Apresentação

Um dos desafios contemporâneos enfrentados pela escola é o da construção de uma educação inclusiva e democrática, que contribua para que as pessoas possam aprender a conviver em paz, compartilhando suas diferenças, respeitando a diversidade de identidades sexuais e de gênero, como também as identidades culturais, geracionais e étnicas. Nesse sentido, discutir e problematizar as relações de gênero e a sexualidade é uma das condições indispensáveis para a desconstrução e superação de estereótipos e de preconceitos que têm gerado desigualdades entre meninas e meninos, mulheres e homens, homossexuais, bissexuais, travestis, transgêneros e heterossexuais. Essa é uma pauta urgente na luta pela equidade, entendida como igualdade na diferença.

Assim, esta cartilha foi elaborada no intuito de estimular o debate sobre as relações de gênero e as identidades sexuais não hegemônicas nas escolas, tendo em vista a construção de uma prática pedagógica não discriminatória, que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero e que contribua para a transformação das desigualdades sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os seres humanos.

É parte dos recursos pedagógicos produzidos pelo projeto *Iguais porque diferentes: a escola como lugar de convivência e formação para a igualdade nas relações de gênero e para a valorização das identidades sexuais*, desenvolvido pelo grupo de pesquisa *Currículo Transversal nas Interseções Escola-Família-Comunidade e na Prática Docente*, do Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação, e vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM, da Universidade Federal da Paraíba, com financiamento do MEC/SECAD/FNDE.



Esperamos que esta cartilha seja um recurso útil às professoras e professores da educação básica em seu trabalho junto a seus alunos e alunas, bem como no contexto do planejamento curricular e pedagógico, e na formação docente continuada.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Fernando Cézar Bezerra de Andrade
Cristiane Souza de Menezes



Você sabia?

- No século XIX, um dos motivos apresentados pelos que criticavam o ingresso da mulher na profissão docente era o de que o seu cérebro era pouco desenvolvido.
- No primeiro Código Civil Brasileiro, de 1916, a mulher casada era considerada juridicamente incapaz, necessitando ser representada pelo marido.
- Apenas em 1932 as mulheres conquistaram o direito ao voto no país.
- Até 1962, quando foi instituído o Estatuto da Mulher Casada, uma mulher só poderia trabalhar fora do lar se o marido permitisse.
- As empregadas domésticas conquistaram os direitos trabalhistas somente na década de 1970.
- A completa igualdade jurídica entre homens e mulheres só foi consagrada na Constituição de 1988.
- As mulheres recebem salários inferiores aos que são pagos aos homens, embora sejam mais escolarizadas do que eles.
- Muitas mulheres jovens e adultas abandonam a escola porque são pressionadas por seus maridos ou companheiros.
- A maioria dos assassinatos de mulheres é praticada por homens com relações afetivas com a vítima, como marido (ex-marido), companheiro (ex-companheiro) e namorado (ex-namorado).



● Apenas em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu que a homossexualidade não é uma doença ou distúrbio e nem uma perversão.

● Muitos países já consideraram (e alguns ainda consideram) a homossexualidade como um crime. Vários outros ainda a consideram assim – como a Arábia Saudita e o Afeganistão — onde homossexuais podem ser condenados à morte.

O que explica o tratamento preconceituoso e desigual que mulheres e pessoas homossexuais vêm recebendo ao longo da história?

Você já pensou sobre isso?



Como diferenças se transformam em desigualdades?

Com base nas diferenças biológicas entre mulheres e homens organizou-se uma divisão social de trabalho (reprodutivo/produtivo) e se construíram concepções de feminilidade e de masculinidade que, ao longo da história, têm sido usadas, em diferentes culturas, para justificar a inferiorização, a submissão e a opressão de mulheres.

Nesse sentido, nas sociedades de herança cultural patriarcal e androcêntrica, as mulheres são tradicionalmente associadas a características como fragilidade, afetividade, sensibilidade, passividade. Aos homens, por sua vez, se atribuem força, agressividade, racionalidade, atividade. A maior valorização social dos atributos culturalmente considerados masculinos e a consequente desvalorização daqueles considerados femininos têm conferido privilégios aos homens, sobretudo aos homens heterossexuais, brancos, cristãos, de classe alta e média, legitimando hierarquias e excluindo as mulheres das esferas de poder. Assim, durante muito tempo elas foram privadas do direito à educação, à propriedade, ao voto e ao exercício de cargos públicos. Do mesmo modo, até poucas décadas atrás, estavam restritas à esfera privada: ao lar e aos papéis de esposa, mãe e dona-de-casa.

Mesmo hoje, quando já conquistaram muitos direitos através das lutas feministas, as mulheres ainda são impedidas ou desencorajadas de desenvolverem qualidades de liderança e certas habilidades cognitivas e práticas. Assim, são poucas as magistradas, empresárias, cientistas (especialmente nas ciências exatas e naturais, campos mais prestigiados) e as que ocupam cargos políticos (CARVALHO, 2000).

Além disso, a partir de pretensas características femininas e masculinas, cada cultura, dentro de um esquema binário, busca fixar como todos os homens e todas as mulheres deveriam ser, desconsiderando as diferenças individuais e a diversidade de modos de “ser mulher” e de “ser homem”, criando estereótipos que ditam comportamentos,



modos de pensar, gostos e, até mesmo, sentimentos. Aqueles e aquelas que não correspondem aos atributos aceitos e valorizados socialmente em determinada cultura — aos modelos de masculinidade ou feminilidade hegemônicos — são vítimas de discriminação e preconceito, a exemplo das pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros.

Desse modo, diferenças têm sido transformadas em desigualdades. As diferenças são a origem da exploração sexual, da divisão desigual das tarefas domésticas entre os membros da família, da violência praticada contra as mulheres e contra homens gays, das desigualdades salariais entre homens e mulheres e tantos outros problemas.

Por isso é necessário perceber que masculinidade e feminilidade não são “essências naturais”, são construções instáveis e plurais, que expressam posições sociais variáveis e que vêm mudando ao longo da história. Assim, os gostos, as características e os comportamentos masculinos e femininos não são algo “natural”, mas são construídos social e culturalmente. É a essa construção que se refere o conceito de gênero.



Natureza x Cultura

Como as pessoas enxergam o mundo através da lente da cultura, a associação entre o sexo dos indivíduos e as concepções de masculino e feminino que as sociedades constroem parece algo natural. Isso dificulta a percepção de que existe uma pluralidade de formas de masculinidade e de feminilidade distintas das concepções hegemônicas.

Observe os quadros abaixo. Eles apresentam algumas características que são relacionadas às mulheres e aos homens:

NATUREZA		CULTURA	
Mulher	Homem	Feminilidade	Masculinidade
Tem vagina, útero e ovários	Tem pênis e testículos	Fragilidade	Força
Menstrua	—	Medo	Coragem
Produce óvulos	Produce espermatozoides	Sensibilidade	Insensibilidade
—	Ejacula	Organização	Desorganização
Fica grávida, gesta crianças	—	Delicadeza	Rudeza
Pare (Dá à luz)	—	Intuição	Racionalidade
Amamenta	—	Futilidade	Seriedade

Sexo ≠ **Gênero**



Veja que no primeiro quadro são apresentadas características ligadas às diferenças físicas entre mulheres e homens, aos aspectos biológicos, ou seja, características que se referem à natureza. Observe que não é possível trocar a posição de nenhuma dessas características de uma coluna para outra. Elas se relacionam ao **sexo**: algumas são específicas das mulheres e outras são específicas dos homens. Contudo, considere desde já que nem todas as mulheres e homens podem ser enquadrados nas características ditas naturais: nem todas as mulheres ovulam ou engravidam, nem todos os homens produzem espermatozóides, por exemplo.



A partir das características específicas, biológicas, cada cultura define o que é feminino e o que é masculino, isto é, o **gênero**, construindo socialmente qualidades, valores, papéis sociais, padrões de comportamento, modelos de identidade, representações de homem e de mulher, que, quando utilizados de modo reducionista, tornam-se **estereótipos** e servem para discriminar.

Nesse sentido, o segundo quadro apresenta alguns atributos que a nossa cultura associa à mulher e ao homem. Observe que a cada um listado na coluna "feminilidade" corresponde outro, oposto, na coluna "masculinidade". Note que os gênero são definidos um em relação ao outro, através de pares de características opostas que se excluem (pares dicotômicos), sendo que o pólo feminino geralmente é desvalorizado. Desse modo, as relações de gênero são relações de poder.

Mas cabe questionar: todas as mulheres apresentam as características listadas na primeira coluna desse quadro? Ademais, também existem homens frágeis, medrosos, sensíveis, organizados, delicados e intuitivos. Logo, essas características não fazem parte de nenhuma "essência" feminina. Do mesmo modo, é válido perguntar se todos os homens correspondem à segunda coluna. Considere, ainda, que também existem mulheres fortes, corajosas, insensíveis, desorganizadas, rudes, racionais. Assim, também podemos afirmar que as características listadas na segunda coluna não são exclusividade dos homens, não fazem parte de uma "natureza" masculina. São características culturais, aprendidas e reforçadas, desde a mais tenra idade, através da educação diferenciada que meninas e meninos recebem na família, na escola e em outros espaços



sociais. Esse processo educacional tem continuidade na vida adulta e é responsável por formar as identidades sexuais e de gênero. Desse modo, conforme a expectativa social/cultural, toda mulher “deve” ter uma identidade feminina que se supõe corresponder ao seu sexo – assim como o homem. E esse processo de construção de identidade “deve” se dar de acordo com a matriz heterossexual que institui a complementaridade entre sexos e identidades opostos.

É importante perceber que, apesar de homens e mulheres possuírem corpos diferentes, as qualidades, as habilidades, os gostos pessoais, o temperamento e o caráter variam entre os indivíduos e não são determinados pelo sexo biológico (CARVALHO, 2000).

Além disso, é preciso lembrar que a natureza também é construída historicamente e socialmente: “Nossa forma de ‘chegar’ a ela, e nos referirmos ao que é ou não é natural também se dá pela linguagem, também se faz por meio de símbolos e de representações, também se modifica historicamente” (LOURO, 2001, p. 34). Assim, sexo e corpo também são construções culturais.

Há alguns exemplos que evidenciam isso. Até início do século XIX, predominava o entendimento de que havia um único sexo, o masculino. Assim, pensava-se que os corpos de homens e de mulheres diferiam apenas em relação a um modelo perfeito: o masculino. Ou seja, as mulheres tinham os mesmos órgãos genitais que os homens, só que eles estavam retidos dentro do corpo. Apenas a partir de mudanças epistemológicas e políticas é que o modelo de um único sexo foi substituído pelo modelo de dois sexos opostos, que prevalece até hoje (LOURO, 2004).

Outro exemplo, ainda contemporâneo, diz respeito ao fato de que homens e mulheres que não são férteis experimentam, em geral, um forte sentimento de incapacidade e inferioridade. Tudo isso revela o caráter cultural das relações e das identidades de gênero.

O processo de construção do corpo também pode ser percebido nas intervenções nele realizadas. Nesse sentido, corpos são modelados de acordo com padrões da moda ou gostos pessoais, ou ainda, “preferências nacionais”. Assim, implantes de silicone são colocados para construir nádegas, seios, panturrilhas; corpos magros, musculosos são esculpidos pela ginástica e lipoaspiração segundo as exigências “do mercado”; produtos prometem aumentar o tamanho do pênis, etc.



O corpo também pode ser objeto de intervenções totais como a de mudança de sexo, para atender à necessidade de adequação do corpo à identidade de gênero, como no caso das pessoas transexuais.



O que é gênero?

A partir do que discutimos até aqui, podemos dizer que o conceito de gênero se refere a padrões de masculinidade e feminilidade construídos social e culturalmente a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Essa construção é histórica, o que significa que está em contínuo processo de mudança. Por exemplo, hoje casais dividem as despesas da casa e partilham tarefas domésticas, diferentemente da organização familiar existente no século XIX, que tinha o homem como provedor e a mulher como a única responsável pelas tarefas domésticas.

O conceito de gênero foi elaborado pela teoria feminista na década de 1980 com o intuito de “desnaturalizar as diferenças de comportamento e o estatuto social de homens e mulheres, bem como a divisão social (sexual) do trabalho” (CARVALHO, 2003, p. 58). Através dele buscou-se dar ênfase às origens exclusivamente sociais e ao caráter relacional das concepções de masculino e feminino.

GÊNERO: É uma estrutura de dominação simbólica (ideologia), um princípio de organização das práticas sociais (divisão de trabalho) e uma estrutura psicossomática (habitus, identidade).

Nesse sentido, como uma construção social (e não algo “natural”), o gênero é mutável e plural, ou seja, varia ao longo da história e de acordo com a classe social, a idade, a religião, a etnia, a região (rural, urbana, periferia, centro). Assim, há diversas expressões de masculinidade e de feminilidade. Isso rompe com a concepção binária masculino/feminino.

Além disso, as relações de gênero são relações de poder porque as características, instituições e comportamentos relacionados ao masculino são, na maioria das vezes, socialmente valorizados como positivos, superiores, em detrimento do que é associado ao feminino, produzindo desigualdades entre homens e mulheres e suas realizações. Isso



tem implicado prejuízo não apenas para as mulheres, mas também para homens que, de alguma forma, sejam identificados com atributos e qualidades femininos, vistos com negativos ou inferiores.

Assim, o gênero implica em relação e classificação de pessoas, o que tradicionalmente se traduziu em dicotomia, assimetria, desigualdade e hierarquia. Quando pensamos cada gênero como plural – pois existem múltiplas formas de masculinidade e feminilidade superamos o esquema binário, o que não necessariamente elimina as relações de poder articuladas ao gênero. Exemplos disso são: o “valentão” e o “fracote”, oposição baseada em força física, sendo “valentão” expressão de masculinidade hegemônica; a “santinha” e a “sem-vergonha”, oposição baseada na conduta sexual, sendo a “santinha” tradicionalmente o modelo desejado.

1.Relação: Masculinidade e feminilidade são definidas uma em relação a outra. O mesmo se dá com as concepções de homem e mulher.

2.Dicotomia: Feminino e masculino são construídos como um par de opostos e excludentes entre si.

3. Assimetria: O masculino vale mais que o feminino. Coisas feitas por homem têm mais valor do que coisas feitas por mulher.

4.Desigualdade: Desvalorização das expressões femininas. Exclusão de mulheres de posições de privilégio e poder.

5. Hierarquia: O masculino é considerado socialmente superior ao feminino, justificando a dominação masculina. O homem tem mais autoridade do que a mulher.

Gênero

Relações de gênero são relações de poder.



Sexo e sexualidade não são a mesma coisa!

Como vimos anteriormente, sexo está ligado aos aspectos biológicos. Sexualidade, "o conjunto de fenômenos da vida sexual", segundo o Dicionário Aurélio, é uma construção cultural e social, da mesma forma que o gênero. Assim:

SEXO: Designa a caracterização anatômica e fisiológica (condição orgânica) de seres vivos, entre eles os seres humanos (macho, fêmea, intersexo), além da atividade sexual propriamente dita.

SEXUALIDADE: Define-se como expressão de desejos e prazeres. Envolve preferências, predisposições e experiências físicas e comportamentais, orientadas a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos. Como tema de investigação científica, tornou-se alvo de interesse especialmente a partir do século XIX.

As formas das pessoas viverem os desejos e os prazeres não são dadas exclusiva ou necessariamente pela natureza. "Há toda uma complexa combinação de sentidos, de representações, de atribuições que efetivamente vão constituir aquilo que chamamos sexualidade". No entanto, as sociedades e grupos procuram traçar limites e fronteiras para determinar o que é adequado, ou seja, o que vai ser considerado como "normal" e o que será colocado à margem dessa normalidade (LOURO, 2001, p. 35).

Nesse sentido, frequentemente se associam o sexo (macho / fêmea), o gênero (masculino / feminino) e a orientação sexual (heterossexualidade / homossexualidade). Assim, a correspondência homem-masculino- atração sexual por mulher e mulher-feminina- atração sexual por homem é considerada "natural". Isso contribui para que a heterossexualidade seja vista como a orientação sexual "normal".

No entanto, se lançarmos um olhar mais atento ao cotidiano provavelmente vamos perceber que não existe essa relação "natural": há homens masculinos que são gays, há



homens femininos que são heterossexuais, há mulheres femininas que são lésbicas, há mulheres masculinas heterossexuais; ou seja, há uma diversidade sexual e de gênero.

A escolha do parceiro vai depender da orientação sexual de cada pessoa e não do seu sexo (macho/fêmea). Essa escolha é feita segundo inclinações e preferências homo, hetero ou bissexual. Desse modo, orientações sexuais são um elemento importante da identidade sexual, definida pela forma de cada pessoa viver sua sexualidade. Na nossa sociedade o padrão hegemônico de comportamento sexual é o heterossexual. Por isso, as pessoas de prática homoerótica são discriminadas e marginalizadas.

Orientações/ Identities sexuais não hegemônicas:

Bissexual: pessoa que se sente sexualmente atraído/a por ambos os sexos.

Gay: homem de orientação homossexual, ou seja, que se relaciona sexual ou afetivo-sexualmente com outros homens. Originalmente é uma identidade auto-assumida, que possibilitou aos homossexuais lutarem contra a perseguição, a partir do movimento gay da década de 1970. Os gays constituem um grupo heterogêneo, com diferenças de classe, raça/etnia, idade, gênero, etc.

Lésbica: mulher de orientação sexual homossexual, ou seja, que se relaciona sexual ou afetivo-sexualmente com outras mulheres. Em geral, as lésbicas não sofreram perseguição aberta como os homens homossexuais. Porém o silêncio que existe em torno da lesbianidade e a invisibilidade a que estão submetidas são uma das piores formas de opressão.

Transexual/Transgênero: pessoa que não experimenta concordância entre identidade sexual e de gênero segundo a norma macho-masculino e fêmea-feminina, buscando modificações no nome, na expressão corporal e na anatomia. A categoria transgênero inclui travestis, transexuais, intersexos, andróginos, transformistas etc., devendo ser entendida a partir da noção de identidade de gênero. Não deve ser confundida com a orientação homossexual.

A imposição da norma heterossexual a todas as pessoas é chamada de heteronormatividade. Como consequência os homens e as mulheres homossexuais e bissexuais são considerados desviantes porque estão fora desse padrão "normal". Isso gera preconceitos e marginalização, constituindo-se na raiz da homofobia.



O que é homofobia?

A homofobia é a manifestação de preconceito e discriminação negativos, aversão, hostilidade, práticas estigmatizantes, exclusão e violência contra pessoas de orientação homoerótica, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, assim como contra todas as pessoas (inclusive heterossexuais) cujas expressões de masculinidade e feminilidade não se enquadram no padrão heterossexual e nos papéis/estereótipos de gênero. A homofobia é resultante da heteronormatividade e do heterossexismo, e é uma forma de violência de gênero.

Embora também seja dirigida às mulheres de orientação homoerótica, a homofobia costuma ser direcionada de modo mais agressivo contra os homens gays, bissexuais e travestis. Ela expressa, ainda, um medo dos próprios homens de se parecerem ou de terem alguma característica que possa ser relacionada à mulher ou ao feminino, colocando, assim, sua masculinidade à prova (ALVES; CANTARELLI, 2006, p. 304). Ou seja, a homofobia também está associada à **misoginia**, que é uma repulsa ao feminino ou à mulher – como a mulher é vista como inferior, assemelhar-se a ela significa perder o poder.

Desse modo, percebe-se que os estereótipos de sexo e de gênero não são problemáticos somente para as mulheres, ou apenas para as pessoas que não se enquadram na norma heterossexual, mas são problemáticos também para os homens heterossexuais que se vêem forçados a provar constantemente que são “homens de verdade” segundo o padrão masculino hegemônico, ou seja, heterossexual, ativo, dominante, forte, agressivo, seguro, independente, etc.



Na escola, a homofobia está presente, muitas vezes de forma insidiosa, no tratamento desigual e preconceituoso que crianças e jovens diferentes recebem. Boa parte das desigualdades entre alunos e alunas é associada a relações de gênero. E muito da violência escolar mais visível é praticada por meninos que acreditam na força como forma de expressão da masculinidade. As meninas adotam também padrões comuns de agressão, expressos no ataque à imagem, mais do que ao corpo da outra pessoa, por se acreditarem desprovidas de força física (pretensão atributo masculino). Homossexuais e transgêneros são claramente repudiados, vítimas de chacota e mesmo de agressões físicas. Até alunos heterossexuais que fogem aos padrões físicos ou comportamentais consagrados terminam sofrendo com a exclusão e a humilhação. Um exemplo recente disto é o caso de meninos franzinos que, para terem o físico considerado ideal para os rapazes, malham e tomam anabolizantes sem acompanhamento médico, pondo as suas vidas em risco, para não se sentirem fracotes!



enfermeiras, faxineiras, cozinheiras); contos e histórias infantis nos quais a personagem feminina é frágil e desprotegida, cabendo ao personagem masculino seu salvamento e proteção; ausência de textos que falem da importância da mulher na história do Brasil e do mundo; ausência de textos que apresentem as contribuições de mulheres para o progresso científico, a resolução de problemas sociais etc.



Como educadora/educador, você já notou como as relações de gênero são representadas nos livros didáticos e paradidáticos?

A linguagem e a maneira de ensiná-la não são imparciais, pois estão impregnadas da ideologia androcêntrica, que “consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como medida de todas as coisas” (MORENO, 2003, p. 23). Assim, ao usarmos o masculino plural, indicamos que na nossa sociedade o sexo e o gênero masculino têm a primazia. Por exemplo, se fala “o homem”, incluindo também as mulheres, se diz “os alunos” mesmo quando a turma é mista.

A nossa gramática impõe o uso do masculino plural quando genericamente nos referimos a homens e mulheres e ensina que a palavra “homem” pode e deve ser usada para nomear toda a humanidade.
O que você pensa sobre isso?

Essa forma de linguagem é chamada de **sexista** porque favorece o sexo masculino em detrimento do sexo feminino, ao reforçar a suposição comum de que a autoria intelectual, o protagonismo e a realização sempre competem aos homens. O seu uso invisibiliza e desvaloriza a presença e a contribuição social e histórica das mulheres.



Embora a problemática das relações de gênero e da sexualidade tenha sido incluída no currículo escolar formal através do tema transversal Orientação Sexual contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no cotidiano das escolas as reflexões relativas à diversidade sexual, na maioria das vezes, está ausente. As discussões sobre sexualidade, quando ocorrem, frequentemente têm abordado os aspectos relacionados à reprodução (especialmente a prevenção da gravidez na adolescência) e à saúde (prevenção de DST/AIDS). A ênfase na perspectiva biológica acaba focalizando unicamente a heterossexualidade, contribuindo para reforçar a heteronormatividade, ou seja, a imposição da heterossexualidade como a única sexualidade “normal”.

Como as orientações e identidades sexuais não hegemônicas (gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis, etc.) são tratadas na sua escola?

Uma causa da resistência à adoção de propostas educacionais que abordem a sexualidade segundo princípios do respeito à diversidade e da equidade é o conflito entre os valores políticos e éticos inerentes a essas propostas e muitos dos valores religiosos e morais, profundamente arraigados na mentalidade da maioria das educadoras e dos educadores. Boa parte das doutrinas religiosas — como é o caso da maioria das propostas cristãs, por exemplo — considera correta apenas a heterossexualidade, reforçando a heteronormatividade.

Na escola pública, ocorre um paradoxo. Enquanto os valores inerentes ao ensino público no Brasil são laicos — não devendo antepor crenças religiosas às políticas públicas fundadas no conhecimento científico —, muitas professoras e professores são religiosos e querem que seus valores penetrem na mentalidade e na conduta de alunas e alunos, inclusive no que diz respeito à condenação da diversidade sexual e de gênero. Mesmo que as ciências já não mais patologizem pessoas homossexuais, lésbicas, bissexuais e transgêneros, muitas educadoras e educadores julgam negativamente e excluem tais pessoas, desrespeitando seus direitos civis na escola, em razão de noções religiosas, como a de pecado.



Assim, marcadas por fortes influências religiosas, as escolas da rede pública de educação básica podem contribuir para excluir indivíduos de orientações sexuais e identidades de gênero minoritárias. Com isso, infelizmente, através de suas práticas pedagógicas e dos padrões de interação social mantidos em seu interior, reproduzem estereótipos e preconceitos que são expressão de violência da escola contra alguns (não poucos!) de seus alunos e alunas.

Um exemplo desse profundo desrespeito é a convicção que grupos cristãos têm acerca da possibilidade de “conversão” de pessoas não-heterossexuais à heterossexualidade. Como as práticas religiosas não se restringem aos templos, o discurso da conversão penetra nas escolas e alguns educadores e educadoras religiosos entendem que seu trabalho deve envolver a mudança da orientação sexual e da conduta de gênero de crianças e jovens. Ora, como mostram a Medicina e a Psicologia, não há que mudar orientações. Tentar “converter” a orientação sexual ou a identidade de gênero é inútil e pior: exclui e violenta, inclusive na escola!

Você já pensou se seus valores e convicções (ou de seus/suas colegas) estão em conflito com os valores republicanos e as concepções científicas implícitos nas propostas de uma educação inclusiva?

E, se/quando estão, o que você costuma fazer a respeito?

Ademais, a violência não se dá apenas contra alunos e alunas que variam em relação à heteronormatividade. Todas e todos são implícita e inconscientemente prejudicados, pois, considerando que as identidades de sexo e de gênero são construções, elas dependem de informações sobre as múltiplas alternativas sexuais e de gênero. Se as informações são distorcidas ou subtraídas, reduzem-se as possibilidades de que crianças e



jovens consigam construir suas identidades de modo mais integrado e coerente, tanto consigo mesmos/as quanto com valores em favor de uma sociedade democrática e inclusiva.

Se, desse modo, todos e todas são privados de direitos, isso violenta particularmente os alunos e as alunas que assumem identidades sexuais não hegemônicas. Eles e elas são marginalizados/as e/ou agredidos/as, sendo alvo de zombarias e preconceitos. O mesmo ocorre com aqueles ou aquelas que, mesmo sendo heterossexuais, andam, falam ou se comportam de modo diferente daquele esperado para o seu sexo.

Cabe lembrar que as manifestações preconceituosas e violentas partem muitas vezes dos próprios estudantes, já que muitos deles chegam à escola com valores contrários à diversidade. Exemplo disso são estudantes do sexo masculino que associam masculinidade a condutas violentas contra colegas que fogem à heteronormatividade. Eles não estão sozinhos, pois sua conduta é manifestamente ou silenciosamente reforçada, o que revela a homofobia latente na nossa sociedade e, por consequência, em nossas escolas.

Você já se preocupou em observar se em sua escola seus alunos e alunas têm condutas homofóbicas?

Se comportamentos dessa natureza foram observados, o que a direção, você e/ou seus/suas colegas têm feito a esse respeito?

Na sua escola (ou em outras), por que essa problemática tem sido ignorada e silenciada no cotidiano?

Freqüentemente há uma expectativa de que as alunas sejam bem comportadas, organizadas, calmas, obedientes, dóceis. Dos alunos, por outro lado, espera-se que sejam bagunceiros, desorganizados, agitados, desobedientes, agressivos. Nas aulas de Educação Física, espera-se que os meninos sejam melhores em esportes mais agressivos como o futebol, e as meninas em esportes mais suaves, como a ginástica. Ao olhar



os alunos e as alunas através dessas “lentes”, a professora ou o professor desconsidera as singularidades pessoais e pode, desse modo, reforçar estereótipos. Também é comum esperar que os meninos tenham melhor desempenho em Matemática do que as meninas, embora nenhum estudo científico seja conclusivo a esse respeito. Talvez como reflexo disso, ainda são poucas as garotas que procuram os cursos de ciências exatas, pois “aquilo que as crianças vêem e escutam, o que se pede que elas façam e o que se espera delas na escola, tudo isso afeta suas percepções dos papéis de gênero” (WHITELAW, 2000, p. 36)

Na sua escola as expectativas em relação às alunas e aos alunos são iguais?
E na sua sala de aula?

Note-se que a escola é, ao mesmo tempo, um espaço de reprodução e de resistência ao instituído. Por seu caráter político, não-neutro, a educação escolar pode contribuir para reforçar e naturalizar os estereótipos e preconceitos de gênero; ou pode se constituir num instrumento de luta para a superação do sexismo e da discriminação contra as identidades sexuais não hegemônicas. Isso exige uma tomada de decisão por parte de todas e de todos que atuam no cotidiano escolar: corpo docente, equipe técnica, direção escolar.

Adotar uma postura “neutra” ou “fazer vista grossa” diante do preconceito é colaborar para o reforço das desigualdades de sexo e gênero. Assim, é necessário um posicionamento crítico, que reconheça a existência das diferenças como primeiro passo na luta pela construção da igualdade de usufruto de direitos e bens sociais, ou seja, pela equidade.

Como são as professoras e os professores que têm uma maior proximidade com os alunos e alunas e com suas famílias, sua prática pedagógica pode ser o principal caminho



para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e para a desconstrução de preconceitos. No cotidiano escolar, a professora e o professor podem construir, junto com as educandas e os educandos, conhecimentos críticos comprometidos com a superação de qualquer forma de discriminação e opressão.

Mas, como começar?

- Questionando os estereótipos sexistas veiculados em livros didáticos e paradidáticos e em outros recursos pedagógicos.
- Problematizando o nosso modo de falar e substituindo a linguagem sexista/andro-cêntrica, que invisibiliza a mulher, por outras construções lingüísticas : “a humanidade”, “os seres humanos”, “as alunas e os alunos”, “professoras e professores”, “todas e todos”, e assim por diante.
- Avaliando se há (e como se dão) conflitos entre os próprios valores e convicções filosóficas, morais ou religiosas e os valores e princípios de uma educação voltada para a inclusão e a diversidade na escola pública.
- Assumindo uma postura política, ideológica e pedagógica que priorize os valores e princípios de propostas educativas inclusivas da diversidade sexual e de gênero na escola.
- Posicionando-se criticamente diante de atitudes preconceituosas.
- Problematizando as relações de sexo e gênero com os alunos e as alunas através de jogos, historinhas, dinâmicas, etc.
- Não fazendo diferenciação entre alunas e alunos na organização e distribuição das atividades, brinquedos, jogos e brincadeiras.



● Fomentando a discussão sobre relações de gênero e diversidade sexual com as/os colegas de trabalho.

● Colocando a sua prática pedagógica num contínuo movimento de reflexão-ação-reflexão.



Vamos começar agora? Refletindo...

As questões abaixo são úteis para questionarmos e avaliarmos a nossa própria prática pedagógica quanto à reprodução das desigualdades de gênero:

- Nas minhas aulas, encorajo as meninas a não esconderem suas capacidades?
- Faço as mesmas perguntas aos meninos e às meninas?
- Oriento meninas e meninos a desenvolverem habilidades tanto para escutar, como para falar?
- Quando os/as alunos/as fazem piadas sexistas, racistas ou homofóbicas, explico porque não são corretas?
- Incentivo igualmente o envolvimento de meninas e meninos em atividades de ciências, matemática, artes e tecnologia?
- Nos trabalhos de grupos mistos, intervenho quando as meninas são relegadas a funções de apoio, como secretária, por exemplo?
- Propicio oportunidades de práticas esportivas para meninos e para meninas, em igualdade de condições?
- Tento não reforçar e/ou reverter os estereótipos de gênero?



- Estimulo o trabalho cooperativo entre alunos e alunas em sala de aula?
- Solicito igualmente de meninos e meninas tarefas como abrir janelas, decorar as paredes ou operar equipamentos?
- Desencorajo a competição entre as meninas e os meninos, como grupos?
- Destaco os sucessos de mulheres e meninas, tanto quanto de homens e meninos?
- Proponho leituras de textos escritos por mulheres?
- Uso linguagem não-sexista e incentivo os/as outros/as a fazerem a mesma coisa?
- A decoração da minha sala de aula reflete as contribuições feitas à sociedade por homens e por mulheres?
- Quando surge oportunidade, desencorajo toda e qualquer violência praticada contra mulheres e homens?
- Chamo atenção para a importância de valores como sensibilidade, gentileza e compaixão para todos os seres humanos?
- Quando necessito do apoio da família, procuro me dirigir tanto ao pai quanto à mãe do/a aluno/a?
- Vejo da mesma maneira as manifestações da sexualidade de alunas e de alunos no cotidiano escolar?
- Separo meus valores e idéias pessoais — sejam eles religiosos, filosóficos ou morais — dos valores inerentes aos direitos humanos e a uma educação inclusiva das diversidades sexuais e de gênero?

Questões adaptadas e acrescidas a partir de *Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência – Guia prático para educadores e educadoras*. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. São Paulo: NEMGE/CECAE/USP, 1996.



Desafios para a escola

- **Refletir** criticamente sobre como as sociedades e culturas reproduzem/cobram a conduta das pessoas de acordo com as normas de gênero.
- **Compreender** que muitos dos comportamentos anti-sociais (violência, incivilidade e indisciplina) têm um fundamento associado aos preconceitos e estereótipos de gênero.
- **Perceber** que as discriminações de gênero e orientação sexual são violências que ferem os direitos humanos de crianças e adolescentes, jovens e pessoas adultas – e que todos/as são sujeitos de direitos humanos.
- **Superar** os estigmas e discriminações direcionados a alunos e alunas em função do seu jeito de ser e de estar no mundo.
- **Cuidar** para que todas as formas de diversidade, de pessoas e grupos, possam de fato ser aceitas e valorizadas.
- **Contribuir** para a concretização de relações verdadeiramente solidárias e prazerosas, igualitárias, baseadas no respeito, no cuidado e na confiança mútua.
- **Estimular** o conhecimento e uso do marco legal e da rede de serviços existentes, de forma a garantir/fazer cumprir os Direitos Humanos de meninas/meninos, moças/rapazes, mulheres/homens em situação de discriminação, exclusão e violência.



- **Fomentar** ocasiões para o diálogo respeitoso, aberto e mediado entre grupos que têm valores, crenças, atitudes e idéias distintos e até opostos, em prol da convivência pacífica na escola.
- **Envolver** especialmente os professores do sexo masculino em projetos de promoção da diversidade sexual e de gênero junto aos alunos e alunas e suas famílias, bem como no âmbito da formação docente continuada.
- **Debater** com a comunidade escolar os valores republicanos (baseados nos conhecimentos científicos e nos princípios de igualdade e justiça entre os cidadãos) pró-inclusão das diversidades sexuais e de gênero na escola.
- **Explicitar** no Projeto Político-Pedagógico valores pró-inclusão das diversidades sexuais e de gênero na escola, baseados nos conhecimentos científicos e nos princípios de igualdade e justiça entre os cidadãos.
- **Formular**, com os educadores e as educadoras da escola, protocolos comuns de gestão de eventuais conflitos entre valores pessoais (religiosos, morais e filosóficos) e valores republicanos (baseados nos conhecimentos científicos e nos princípios de igualdade e justiça entre os cidadãos), sejam esses conflitos entre pessoas do professorado, do alumnado, de seus familiares, ou entre professoras/es e alunas/os, ou ainda professores/as e familiares de alunos/as.



Agindo...

Não posso ser professor[a] se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. [...] Sou professor[a] a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação [...].

Paulo Freire (2002, p. 115)

Seguem algumas sugestões de atividades em grupo que podem ser utilizadas tanto com professoras e professores, quanto com alunas e alunos.

Essas atividades, ao envolverem o corpo, mobilizam dimensões significativas de nossa experiência de construção — e consequentemente, análise e desconstrução — de concepções relacionadas a gênero, sexo e sexualidade.

O corpo é o substrato mais primitivo e fundamental para a constituição da identidade. Segundo vários psicólogos, somos nossos corpos. Assim, compreendemos que todos os processos educativos envolvem habilidades e competências que se apóiam sobre as atividades corporais — quando não as põem no centro.

Com as relações de gênero, não é diferente. Muitas das idéias, valores e convicções que temos sobre as identidades de sexo e gênero estão arraigadas em nossos hábitos corporais e mentais, em nossas estruturas psicossomáticas (o que o sociólogo Pierre Bourdieu chama de **habitus**). Além disso, como vimos, as diferenças anatômicas são alvo de classificações (a noção de sexo) que se tornam substrato para distinções culturais (a noção de gênero).

Não se pode desconstruir preconceitos e estereótipos de gênero, não se combate a misoginia e a homofobia sem provocar reflexões e aprendizagens que nascem do/com/ pelo corpo.

Construa e ajude suas/seus colegas a construírem novas relações de gênero, mais inclusivas e equânimes, na escola, através das atividades sugeridas!



A silhueta

Objetivo:

Distinguir o que é considerado natural e cultural (sexo \neq gênero).

Procedimento:

- Dividir a turma em dois grupos e pedir que um grupo desenhe uma silhueta masculina e o outro uma silhueta feminina, preenchendo os desenhos com características que identifiquem homens e mulheres, sejam físicas, emocionais, comportamentais. Sugerir que dêem um nome ao homem e à mulher.

- Terminada a tarefa, analisar cada uma das silhuetas perguntando se uma característica desenhada numa silhueta é própria apenas dela, ou exclusiva dela. Por exemplo, no caso da característica sensibilidade, que sempre aparece na mulher: "Vocês colocaram sensibilidade como característica feminina. Existe homem sensível?" Se a resposta for positiva, desenhar essa característica na silhueta masculina, e assim sucessivamente.

- Fazer o mesmo com cada característica desenhada na outra silhueta.

- No processo de discussão levar o grupo a concluir que as características que não podem ser transferidas estão relacionadas ao sexo e as transferíveis se relacionam ao gênero.



Cumprimentar com o toque

Objetivo:

Refletir sobre as relações entre o corpo, a sexualidade e o gênero.

Procedimento:

- Convidar o grupo a caminhar pela sala. A um sinal de comando parar na frente de um/a colega e cumprimentar conforme a solicitação feita: com o joelho, o quadril, a orelha, o calcanhar, os pés, o bumbum, a axila, o queixo, a bochecha, etc. Pode-se cantar uma cantiga: "Anda, anda, anda (3 vezes), até mandar parar, parou. Cumprimenta com o joelho..."

- Após a realização da atividade, discutir com o grupo: "Vocês se sentiram mais à vontade e/ou constrangidas/os em cumprimentar as pessoas com alguma parte de seu corpo? Por quê? Houve alguma diferença se a pessoa cumprimentada era homem ou mulher? E no cotidiano, os cumprimentos que fazemos variam de acordo com o sexo do outro?"

- Comentar que na nossa cultura, por exemplo, não é comum dois homens se cumprimentarem dando beijinhos no rosto, embora isso seja comum entre mulheres brasileiras e entre homens russos. Também aqui os homens não andam de mãos dadas, embora isso seja freqüente em países de cultura árabe.

- Com a discussão, levar o grupo a perceber que a maneira pela qual nos relacionamos com o nosso corpo e com o corpo da/o outra/o é construída culturalmente, de acordo com concepções de masculinidade, feminilidade e sexualidade, e costumes sexuais. Tais concepções e costumes ditam os movimentos, gestos, posturas socialmente considerados apropriados (ou não) para homens e para mulheres e para as relações que eles e elas mantêm entre si (tanto nos grupos de mesmo sexo quanto nos grupos mistos).



Mímica de Atividades Cotidianas

Objetivo:

Discutir os papéis de gênero e a maior valorização social dos papéis e atividades masculinos.

Procedimento:

- Dividir a turma em pequenos grupos e entregar fichas com o nome de atividades para que alguém dramatize e as demais pessoas identifiquem a atividade.
- Interpelar se as atividades são, normalmente, realizadas por homens, mulheres ou pelos dois. Exemplos: trocar pneu do carro, cuidar de um bebê, trocar uma lâmpada, cozinhar, lavar e passar, varrer e limpar, etc.
- Caso as respostas reproduzam opiniões estereotipadas, por exemplo, o homem deve trocar a lâmpada e a mulher deve cozinhar, lançar novo questionamento: "Qual a justificativa para que uma mulher não possa trocar um pneu ou lâmpada? Por que um homem não pode cuidar de bebês, lavar, passar, etc.?"
- Registrar também que algumas atividades adquirem mais valor, quando realizadas pelos homens, como cozinhar, por exemplo. Assim, um "chefe de cozinha" é bem remunerado, enquanto uma "cozinheira" recebe um salário bem inferior ao do homem para realizar o mesmo trabalho.
- Levar o grupo a perceber que os papéis considerados femininos ou masculinos são aprendidos socialmente e culturalmente (desde as brincadeiras de casinha para meninas e



de carrinho para meninos até as propagandas de produtos de limpeza) e que não há nenhuma habilidade ou inclinação “natural” para esta ou aquela atividade.

- Destacar também que papéis e trabalhos desempenhados por homens geralmente têm maior prestígio social, além de maior remuneração.



Papéis sociais de gênero

Objetivo:

Discutir os papéis de gênero, destacando os privilégios e cobranças para os homens, e as restrições para as mulheres.

Procedimento:

- Convidar o grupo a registrar reações e considerações a partir das seguintes frases:
O melhor de ser homem é ... O melhor de ser mulher é ...
Mulher não pode ... Homem não pode ...
- Solicitar que as pessoas apresentem suas respostas, comparando-as com as dos colegas.
- Destacar as diferentes expectativas para homens e mulheres (o que pode/o que não pode) e entre os homens e as mulheres do grupo.
- Se o grupo for formado por pessoas de diferentes faixas etárias interpelar se as expectativas se modificaram no curso da vida e entre as gerações. Se sim, em que se modificaram? Quais são as permanências?
- Explorar outras articulações possíveis com classe social, etnia, religião, etc.
- Após a síntese das respostas, questionar o grupo acerca das vantagens e desvantagens encontradas nas experiências dos homens e nas experiências das mulheres.
- Levar o grupo a perceber que há privilégios usufruídos por todos os homens, o chamado "dividendo patriarcal" (termo usado por Robert Connel), mas que, por outro lado, os



homens são cobrados por eles mesmos e pelos/as outros/as para atender a determinadas expectativas socialmente estabelecidas. Por exemplo, não pode chorar porque tem que ser sempre forte; tem que ser bem sucedido, do contrário é socialmente desvalorizado etc.

- Discutir também as cobranças e restrições feitas às mulheres.



Andar como homem e andar como mulher

Objetivo:

Debater sobre a construção social corporal (habitus) da masculinidade e da feminilidade.

Procedimento:

- Convidar o grupo a ficar em círculo e solicitar que cada um/uma, por vez, cruze de um lado para outro da sala. Na ida, escolher um movimento que represente um homem andando e, na volta, escolher um movimento que represente uma mulher andando.

- Após a realização da atividade, partindo dos modos de andar apresentados pelo grupo, questionar: "Por que determinado movimento foi feito/não foi feito para representar um homem/uma mulher andando? Esse modo de andar, de posicionar o corpo é natural ou é aprendido?"

- Construir as noções de comportamento masculino e comportamento feminino com base na performance dos/as participantes, que justificarão sua imitação a partir de suas crenças.

- Discutir as dificuldades, resistências, constrangimentos, descobertas e reações (inclusive o riso, muito comum) dos/as participantes, ao imitarem o que acreditam ser a marcha masculina e a feminina (e suas variantes).

- Levar o grupo a perceber que as sociedades e culturas constroem concepções de masculinidade e de feminilidade que ditam o comportamento de homens e de mulheres segundo noções de Natureza, de moral e as modas.



Para saber mais

Biblioteca Digital de Materiais Educativos em Gênero, Corpo e Sexualidade. Acesso: www.ufpb.br/escolasplurais

BRASIL. Conferência Nacional da Educação Básica. Documento final. Brasília: Ministério da Educação, 2008, 90 p.

BRASIL. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD** n.4. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CARVALHO, Maria Eulina P. de; ANDRADE, Fernando C. B. de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e Diversidade Sexual. Um Glossário.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. Disponível: www.ufpb.br/escolasplurais

Grupo de Pesquisa “Currículo Transversal nas Interseções Escola-Família-Comunidade e na Prática Docente” (CNPq-PPGE/UFPB). Acesso: <http://www.edutransversal.pro.br>

Programa Brasil sem Homofobia. Disponível: http://www.aids.gov.br/brasil_sem_homofobia.pdf



Referências

ALVES, Maria de Fatima; CANTARELLI, Jonnhy. "Ser um homem de respeito": masculinidade, sexualidade e relações de gênero na perspectiva de homens rurais de um município da Zona da Mata pernambucana. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2006. p.301-322.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. Uma agenda de pesquisa, formação humana e docente em gênero e educação. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira & FUMES, Neiza de Lourdes Frederico (orgs.). **Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude**. Maceió-AL: EDUFAL, 2007. p.21-43.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. Introdução à questão das relações de gênero na educação. In CARVALHO, Maria Eulina P. de (org.). **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000. p.15-21.

_____. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? Problematicando o gênero no currículo e na formação docente. In: CARVALHO, Maria Eulina P. de; PEREIRA, Maria Zuleide da C. (orgs.). **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p.55-76.

CARVALHO, Marília Pinto de (2001). aMau aluno, boa aluna? aComo as professoras avaliam meninos e meninas. **Revista Estudos Feministas**, v.9 n.2 Florianópolis. p.554-574.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz H. (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.33-47.



_____. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

WHITELOW, Sarah A. Questões de gênero e educação. In: CARVALHO, Maria Eulina P. de (org.). **Consciência de gênero na escola.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000. p.33-41.





Escolas Plurais

Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola:
Por uma prática pedagógica inclusiva



ISBN 857745311-1

